



A luta permanece: entrevista com Sueli Carneiro¹

The struggle remains: interview with Sueli Carneiro

Aldinete Miranda Santos²

Instituto Federal de Educação da Bahia, IFBA / Porto Seguro

RESUMO

Trata-se de entrevista com Sueli Carneiro, inicialmente exibida em plataforma *on-line* para o programa “Pensando o Brasil, Prosa Filosófica com Aldinete Miranda”³. Filósofa, doutora em Educação pela Universidade do Estado de São Paulo – USP, Sueli Carneiro é ativista, escritora e fundadora do Geledés, primeira Organização Negra e Feminista independente de São Paulo. Progressista, referência na luta contra o racismo e todo o tipo de violência, retoma nesta entrevista, temas fundamentais para a luta antirracista, feminista negra e interseccional. É uma espécie de segundo encontro entre Sueli Carneiro e o Instituto Federal de Educação da Bahia / Eunápolis, onde o entrevistador leciona. Recorde-se que Sueli Carneiro esteve palestrando no Aya, evento anual de combate ao racismo e outras formas de discriminação, que ocorre naquela instituição de ensino. Agora, convida o leitor à reflexão e à luta por direitos e expansão da democracia. Boa leitura!

PALAVRAS-CHAVE: Sueli Carneiro. Políticas Públicas. Cotas raciais. Movimento negro.

ABSTRACT

This interview with Sueli Carneiro was initially featured on an online platform for the show "Thinking Brazil, a Philosophical Conversation with Aldinete Miranda." Sueli Carneiro is a philosopher and recipient of a doctorate and master of Education at Sao Paulo State University (USP). She's an activist, writer and founder of Geledes, the first independent Black and Feminist Organization of Sao Paulo. As a progressive, she is a reference in the struggle against racism and all kinds of violence. This interview encompasses fundamental themes for the anti-racist struggle, black feminism and intersectionality. It is the second encounter between Sueli Carneiro and the Federal Institute of Education of Bahia/ Eunapolis, where the interviewer lectures. It's important to note that Sueli Carneiro lectured in Aya, an annual event that combats racism and other forms of discrimination, which occurs at this academic institution. Now, I invite the reader to reflect and to fight for the rights and expansion of democracy. Enjoy reading!

KEYWORDS: Sueli Carneiro. Public Policy. Racial quotas.

¹ Esta entrevista foi gentilmente transcrita por Sheila Santos Silva (UFOP). Para atender o gênero textual entrevista escrita, o presente trabalho passou por pequenas alterações e adaptações de linguagem, as quais foram executadas por Alexandre Osaniyi (IFBA / Porto Seguro).

² Graduado em Filosofia pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), possui especialização em Filosofia: Epistemologia e Fenomenologia. Mestre em Linguagens e Representações (UESC), é professor do Instituto Federal de Educação da Bahia – IFBA / Eunápolis. Membro do Grupo de Estudos interdisciplinares em Cultura, Educação e Sociedade – GEICES. <https://orcid.org/0000-0001-6565-3078>. Email: aldinetomiranda@gmail.com. Endereço: Instituto Federal de Educação da Bahia. Av. David Jonas Fadini, S/Nº, Rosa Neto - Eunápolis – BA. CEP 45823-431.

³ YOUTUBE. **PROSA Filosófica com Aldinete Miranda**. Disponível em: <https://youtu.be/Dhevam15hFU>. Acesso em 25.05.2020. O objetivo do conjunto de entrevistas dispostas no canal eletrônico é discutir temas relacionados à justiça social no país.



Aldineto Miranda: Vamos começar perguntando quem é Sueli Carneiro?

Sueli Carneiro: Sou uma mulher negra, filha mais velha de um casal com sete filhos que cresceu em comunidades proletárias de bairros periféricos da cidade de São Paulo. Passei quase toda a adolescência e juventude confinada na periferia. Conheci o centro da cidade de São Paulo depois dos 18 anos. Tenho a primeira memória de ver o mar aos 19 anos. Então, Sueli Carneiro é uma menina negra que durante toda a infância e adolescência experimentou situações de discriminação racial, sobretudo na escola. Conheceu a violência doméstica em casa e desenvolveu uma grande dose de indignação em relação a essas questões de violência racial e de gênero. E essa indignação foi me direcionando ao encontro de movimentos sociais, notadamente o Movimento Negro e o Movimento Feminista. Movimentos com os quais eu fui desenvolvendo a minha visão de mundo, fui conformando a minha visão política e determinando as escolhas que fiz ao longo da minha vida em termos de ativismo social e interesse intelectual. É assim que eu me vejo.

Aldineto Miranda: Eu cursei filosofia na Universidade Estadual de Santa Cruz, cujo curso é muito bom, contudo, a gente percebe uma visão eurocêntrica na Academia. Gostaria de saber como foi a sua vivência no curso de filosofia.

Sueli Carneiro: A Universidade foi e é eurocêntrica. Foi criada para ser um espaço de produção e reprodução de uma elite acadêmica, à moda europeia e norte americana. Não tem interesse e não oferta conhecimento de povos fora desse espectro. Eu sempre relato uma experiência quase traumática na minha aula inaugural no curso de filosofia na USP. Uma aula inaugural foi dada por um professor da mais alta qualificação, ele falou metade da conferência que proferiu, uma parte em francês e a outra parte em alemão. Isso acontecia, por exemplo, na Universidade de São Paulo, na década de 1970, e o pior é que a maioria dos estudantes da minha turma estava confortável com aquilo. Eu era uma negrinha vinda da periferia de São Paulo que mal e porcamente dominava o português. Isso foi um pouco, digamos, a minha *avant-première* no curso de filosofia e eu só permaneci e me formei porque a resiliência é uma marca da nossa gente. No início da década de 1970, era uma experiência dura adentrar à universidade, especialmente sendo negro, embora as queixas contemporâneas de alunos negros sejam basicamente as mesmas da minha época, a diferença essencial é que éramos muito poucos naquele tempo no *campus* da USP. Em Filosofia, eu, um na Sociologia, um na Economia. Assim, dá pra declinar nome sobrenome. Um na economia, que por acaso, era o líder do Movimento Negro Unificado - MNU, Milton Barbosa. Professores negros? Nenhum, até aparecer o Kabengele Munanga, mas já na década de 1980. Era uma experiência extremamente solitária, mas era desafiador também pelo ônus das desigualdades raciais, pela ausência do capital cultural e social dos alunos oriundos das classes populares. Éramos e somos portadores de saberes que a academia rejeita e deslegitima e não compartilhamos certo



repertório cultural padrão dos alunos das classes superiores que monopolizavam as vagas, sobretudo das universidades públicas, aumentando um sentimento de isolamento e de não pertencimento para os negros. Além disso, as práticas pedagógicas racistas estão sempre espreitando os alunos negros. Um professor de metodologia que quase todos nós conhecemos, Antônio Joaquim Severino, costuma dizer que quem conhece por dentro o processo social e pedagógico presente em nosso sistema de ensino sabe muito bem a força anônima e pessoal de segregação e de rejeição que leva pessoas diferentes e fragilizadas a tomarem a decisão de se retirar por conta própria, sem pressão nenhuma explicável, visível, por parte de quem quer que seja. São aqueles processos sutis de produção de nosso fracasso escolar e de nossa evasão. Um processo que os alunos negros conhecem muito bem.

Aldineto Miranda: Infelizmente, quando de repente alguns grupos se colocam como protagonistas da sua história, isso começa a incomodar...

Sueli Carneiro: Sim, mas acho que é importante não esquecer que a Universidade costuma conter o nosso acesso. Faz parte de impedir que nós nos empoderemos e ampliemos a concorrência porque a Universidade é o principal ativo de mobilidade social em nossa sociedade, não é? E coloquemos em risco essa reserva das melhores oportunidades sociais que o racismo vem assegurando aos brancos, o que garante a supremacia que eles exercem.

Aldineto Miranda: Quais foram as pessoas, os autores que mais lhes inspiraram academicamente e também na sua atuação política? Quais foram as pessoas que te inspiraram na sua atuação acadêmica e política?

Sueli Carneiro: Agora eu vou demorar porque eu tenho que prestar tributo a muitas e muitos gigantes, nos ombros dos quais eu subi para ser quem eu sou. É importante começar dizendo que a minha geração de militantes negros foi educada e conscientizada pelo Movimento Social Negro, por seus intelectuais orgânicos que são ignorados pela Universidade. Dois nomes são essenciais na minha formação feminista e antirracistas: Abdias do Nascimento e Lélia Gonzales. Costumo dizer e vou reiterar que Abdias Nascimento nos ensinou tudo de essencial que há para saber sobre a questão racial no Brasil. Ensinou a identificar o genocídio do negro brasileiro. Nos fez perceber as manhas dos poderes para impedir a escuta de vozes insurgentes como as nossas. Ensinou a nos ver como pertencentes a uma comunidade de destino, produtores e herdeiros de um patrimônio cultural construído nos embates da diáspora negra com a supremacia branca em toda parte. Qualquer tema sobre a questão racial no presente esteve na agenda política de Abdias Nascimento e esteve presente há décadas e nada lhe escapou. Mas, sobretudo, devemos a ele a conquista de um pensar negro, ou seja, de uma perspectiva afrocentrada para desvelamento e enfrentamento dos desafios, para efetivação de uma cidadania para os negros no Brasil. Este é o seu mais generoso legado a nossa luta: nos



ensinar a pensar negro, a partir de nossas referências, a partir de nossas experiências históricas, a partir de nossos saberes, sepultados, assujeitados e discriminados. Igualmente, pode se dizer que Lélia Gonzáles estabeleceu as bases que estruturam o movimento de mulheres negras contemporâneas. Ao comunicar o viés eurocêntrico do feminismo brasileiro, mostrou-nos como esse feminismo desconsiderava a centralidade da racialidade nas hierarquias de gênero presentes em nossa sociedade. Ela mostrou que esse feminismo universalizava para o conjunto das mulheres uma concepção ocidental de mulheres sem as mediações dos processos de dominação, violência, exploração, específicos da interação entre ocidentais e não brancos desde o período colonial. Estas questões postas por Lélia se tornaram a senha para que as mulheres negras ousassem desenhar uma concepção de ação política do que hoje é chamado de feminismo negro. É importante assinalar que, enquanto Abdias e Lélia tem essa importância na construção do pensamento negro acerca das relações raciais no Brasil, eles se encontravam, até bem pouco tempo, completamente ausentes nas bibliografias das Ciências Humanas nas Universidades brasileiras e, ainda, eu não sei se já estão suficientemente incorporados. Sempre conto um momento emblemático dessa invisibilidade acerca da contribuição desses intelectuais negros, que aconteceu em Geledés, há mais ou menos uma década atrás, quando fomos visitadas por uma professora de uma universidade do Canadá, responsável pelo Departamento de Estudos Culturais daquela instituição. Ela chegou em Geledés dizendo que nós éramos a última esperança que tinha de encontrar a bibliografia de Abdias Nascimento. Nenhuma das universidades que havia visitado, ela o havia encontrado. Manifestou que considerava Abdias do Nascimento a mais importante expressão do Pan-africanismo na América Latina, e não compreendia sua invisibilidade nos meios acadêmicos nacionais. A história política e a reflexão de Abdias e Lélia Gonzáles se inserem nesse patrimônio político cultural pan-africanista, repleto de contribuições para a compreensão da superação dos fatores que vêm historicamente subjugando os povos africanos e sua Diáspora. Abdias do Nascimento é a grande expressão brasileira dessa tradição que inclui líderes e pensadores da estatura de Marcus Garvey, Aimé Césaire, Franz Fanon, Cheik Anta Diop, Leopold Senghor, Patrice Lumumba, Kwame Nkrumah, Amílcar Cabral, Agostinho Neto, Steve Biko, Ângela Davis, que enfim é uma das poucas que chegam a ser reconhecida aqui. Martin Luther king, Malcolm X, entre muitos outros, em nenhum momento da minha trajetória acadêmica tive notícia de nenhum desses autores. Fui encontrá-los pelas mãos de outros militantes. A ausência desses pensadores ratifica o caráter eurocêntrico da universidade brasileira. No plano nacional, tenho grande apreço pela contribuição de Florestan Fernandes sobre a questão racial e pelo apoio político permanente que ofertou às pautas do movimento negro, sobretudo, como deputado federal. Tenho um apreço especial pelo trabalho de Carlos Hasenbalg. Seu livro “Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil” de 1979, foi uma mudança de paradigma, sobretudo para os ativistas negros. A socióloga Márcia Lima costuma dizer que esse estudo mudou a interpretação sobre a questão racial brasileira. Ela assinala que isso se deu em três níveis: esse trabalho supera a tese do



legado escravista, justificadora para alguns até hoje das desigualdades raciais do presente; inova e qualifica o entendimento do lugar, do atributo racial na distinção entre estrutura de classes e estratificação social; analisa de que forma os aspectos ideológicos da questão racial brasileira colocam-se como desafio para mobilização racial. Carlos Hasenbalg contribuiu para dar legitimidade acadêmica às denúncias persistentes de ativistas negros acerca da centralidade da variável racial nos processos de exclusão da sociedade brasileira. Ele ofereceu os cruzamentos para a afirmação de que a racialidade determina, impacta a estrutura de classes sociais no Brasil. Vou chegar. Estou chegando... Na filosofia escolhi trabalhar com Michel Foucault e sua filosofia dos dispositivos e a tecnologia do biopoder para discutir os processos de disciplinarização ou eliminação dos corpos negros em nossa sociedade. Me apoiei, me apoio, no filósofo afro-americano Charles Mills, que é autor de um livro precioso que chama “The Racial Contract (Cornell, 1997) que não está traduzido para o português. Me apoio nele para discutir as relações entre a racialidade e o poder. Charles Mills, a partir de sua crítica aos contratualistas, propõe o reconhecimento da existência de um contrato racial em vigência no mundo que estabeleceu a supremacia da branquitude em toda parte e a colonialidade do poder, ou seja, o padrão imposto pela Europa sobre os não europeus. No campo feminista, além de Lélia Gonzáles, presto tributo à socióloga Heleieth Saffioti, com quem aprofundei a visão sobre as desigualdades intra-gêneros, ou seja, a desigualdade entre negras e brancas produzida pelo racismo, que ao eleger as mulheres brancas como modelo exemplar do feminino, as tornam auxiliar da supremacia branca masculina. Dialogo com Patrícia Collins a partir de seu conceito de “imagens de controle” que aprisionam as mulheres negras em distintos estereótipos. Uso esse conceito para discutir a necessidade e urgência da construção de novos imaginários para as mulheres negras, os quais lhes instituem a sua plena diversidade humana, a sua plena humanidade e a sua diversidade humana. Segue-se bell hooks, que é a minha predileta dentre as estrangeiras. Ela disserta acerca dos mecanismos de insegurança da produção acadêmica das mulheres negras. Isso me permitiu retornar a esse mecanismo como práticas de epistemicídio, conceito extraído do pensamento de Boaventura de Souza Santos, o qual utilizo em minha tese de doutorado, cotejando-o com a visão de bell hooks sobre as contradições presentes na relação negro e educação. Nancy Fraser auxilia minha reflexão também com suas noções de reconhecimento e justiça redistributiva, por meio das quais circula a natureza interligada de classe, raça e gênero para um projeto emancipatório, fundado, como pretende Fraser, na diversidade de feminismos historicamente construídos. Por fim, compartilho da visão corrente de feministas brasileiras que tenham Maria Betânia Ávila como uma de suas principais formuladoras. Uma corrente feminista para quem o feminismo brasileiro latino americano tem que se fundar na perspectiva antirracista e popular, como condição para reconhecer e atender as diferentes complexidades postas para a emancipação das mulheres do Brasil e da nossa região latino-americana. O feminismo capaz de comprometer-se com reparações devidas àquelas que suportaram e suportam ainda a



opressão patriarcal e colonial, que são as mulheres negras e as indígenas. Esses são alguns dos autores e algumas das autoras com quem tenho dialogado no esforço de melhor compreender as questões racial e de gênero e a prática militante que deles decorrem.

Aldineto Miranda: Lembro que a senhora foi convidada para uma audiência no Supremo Tribunal Federal sobre política de acesso ao ensino superior em 2010. Defendeu e ressaltou a importância das cotas e da igualdade econômica para o fim da discriminação. De 2010 pra cá, como você vê o Brasil?

Sueli Carneiro: Com as cotas raciais promovemos alguma democratização de acesso para negros ao nível universitário e tornamos os *campus* um espetáculo inédito de diversidade racial e étnica. Apesar dos desafios para o acesso, permanência e sucesso dos cotistas, bem como desafio da diversificação da presença negra, sobretudo nos cursos mais disputados, considero as cotas raciais a política pública mais exitosa, resultado das demandas colocadas pelos movimentos negros ao Estado brasileiro. Há outro aspecto, o fato de as cotas para negros nas Universidades terem colocado a universidade no imaginário das famílias negras. Fazer uma faculdade não era uma ambição da minha geração. O máximo que conseguíamos sonhar, como no meu caso, era sonho do meu pai que eu viesse, no limite de minha trajetória escolar, a me tornar uma normalista. Considerando as expectativas da minha geração e da minha realidade social, ser normalista já era algo bastante ambicioso. Depois das cotas, fazer a universidade foi uma ideia que penetrou nas famílias. Hoje, tenho cinco sobrinhos na universidade por cotas. Há uma consciência de que a Universidade não é experiência a ser vivida exclusivamente pelos filhos das classes médias e altas. Nasce também a importância das cotas nos serviços públicos, que malgrado as dificuldades e resistências para sua implantação, ainda assim vêm impactando carreiras, nas quais a presença negra é quase inexistente, como por exemplo, na magistratura. As ações realizadas pelos movimentos negros nessas últimas quatro décadas, tanto buscaram desmistificar a decantada “democracia racial brasileira” como também reformula propostas de remoção das desigualdades. As políticas públicas foram o principal remédio que defendemos para esse fim. Mas essas propostas de ações afirmativas também mobilizaram a hegemonia branca. Ela teve que assumir seu racismo, sair em defesa de seus privilégios. A luta pelas cotas provoca paradoxos: tirou os brancos da sua zona de conforto, o racismo se manifestou com toda a sua virulência. O poder da branquitude se revelou quando ameaçado de perder o seu 100% de direito que haviam se outorgado. Saíram em articulação inusitada nunca antes vista, com diferentes forças políticas, nos expuseram a um verdadeiro pelourinho eletrônico, contra as cotas para negros nas universidades. Essa é uma luta que permanece. O risco ronda as políticas de cotas, o risco de retrocesso é evidente, e isso vai exigir muita luta e organização política para defendê-las.



Aldineto Miranda: Venho de instituição pública, o Instituto Federal da Bahia – IFBA. Lembro que entrei em 2012, eram poucos os estudantes advindos de classes populares. Eram poucos os estudantes negros. Percebo fortemente a mudança com as políticas de ação afirmativa. Sueli, gostaria de perguntar-lhe o que significa ser mulher negra e militante no Brasil? Quais os desafios?

Sueli Carneiro: Eu nos defino, a nós ativistas, militantes, mulheres e negros como sobreviventes, testemunhas e porta-vozes. Mas eu quero te responder com a Conceição Evaristo, que eu amo e que pra mim responde a sua pergunta. É o poema “Vozes-mulheres”:

A voz de minha bisavó
ecoou criança
nos porões do navio.
ecoou lamentos
de uma infância perdida.

A voz de minha avó
ecoou obediência
aos brancos-donos de tudo.

A voz de minha mãe
ecoou baixinho revolta
no fundo das cozinhas alheias
debaixo das trouxas
roupagens sujas dos brancos
pelo caminho empoeirado
rumo à favela

A minha voz ainda
ecoava versos perplexos
com rimas de sangue
e
fome.

A voz de minha filha
recolhe todas as nossas vozes
recolhe em si
as vozes mudas caladas
engasgadas nas gargantas.

A voz de minha filha
recolhe em si
a fala e o ato.
O ontem – o hoje – o agora.



Na voz de minha filha
se fará ouvir a ressonância
O eco da vida-liberdade.

Então, Aldineto, nas lutas que travamos hoje, ecoam as vozes de nossas ancestrais e das que ainda virão para nos redimir. Até que todas sejamos livres. É isso.

Aldineto Miranda: Como a senhora vê a relação entre escravidão, o racismo e a atual onda de autoritarismo que vivenciamos no país, inclusive com apologia à ditadura militar?

Sueli Carneiro: Estamos vivendo, não sabemos por quanto tempo ainda, o mais longo período democrático de nossa história. O autoritarismo e a ditadura estão, por exemplo, na maior parte da nossa experiência histórica, e isso não está desassociado das características de nossa formação. Gosto muito de uma formulação de um filósofo gaúcho chamado Paulo Carbonari para quem a desigualdade não é um fenômeno circunstancial no Brasil. Ele costuma dizer que o Brasil optou pela desigualdade. O Brasil optou pela violência, pelo conservadorismo. Quando lembro dessa fala do Carbonari, recordo uma frase atribuída a Nelson Rodrigues, segundo a qual subdesenvolvimento não se improvisa. Entendo que nada disso do que acontece em termos de padrões de desigualdade e violência, especialmente sobre nossa gente, é acidental. Isso é um projeto. Isso é uma obra. São escolhas e opções que fizemos. A desigualdade parece ser uma opção estruturante da vida brasileira, que se reproduz como estratégia de integração ou de desintegração social. Carbonari nos dá como exemplo dessa assertiva a vida em sociedade de negros e indígenas. Abandonados à sua própria sorte no pós-abolição. Os indígenas quase completamente exterminados, preteridos ambos do processo de industrialização nascente, em execução uma política eugenista e de enfrentamento de negros e indígenas por meio de imigração europeia. A ideia era substituir os estoques indesejáveis, os estoques raciais indesejáveis que somos nós e os indígenas. O fundamental alicerce dessa desigualdade é o racismo e a hierarquização dos grupos humanos. Por outro lado, os grupos humanos eleitos para substituírem os indesejáveis, os brancos europeus, que formariam posteriormente as classes médias e altas, foram segundo Milton Santos, condicionados a apenas querer privilégios e não direitos. Essa formulação do Milton Santos é preciosa. Em nosso país, jamais houve a figura do cidadão. Isso é o que ele discute em seu livro, “Por uma outra globalização”. Ele nos diz que as classes chamadas superiores, incluindo as classes médias, jamais quiseram ser cidadãos. Os pobres jamais puderam ser cidadãos. Isso é essencial no entendimento do Brasil, acerca de como os partidos se organizam e funcionam, de como a política ocorre, como a sociedade se move. Milton Santos aponta ainda que as camadas intelectuais têm responsabilidade nesse processo, porque transladaram sem maior imaginação e originalidade a condição da classe média europeia. No entanto, a ampliação de direitos políticos, econômicos e sociais é atribuída, por equívoco, diz ele, à classe média brasileira, um papel de modernização e de progresso que pela sua própria

constituição, não poderia ter posto que a classe média se constitui a partir do privilégio. Vejo nisso um dos motivos da ausência de radicalidade da esquerda nacional, em sua resignação a uma democracia de baixa intensidade, como nos diz o Boaventura Souza Santos. Uma ausência de radicalidade que pra mim decorre da impossibilidade ou incapacidade de enfrentar o racismo e a contradição fundamental instaurado na sociedade brasileira, que exige tanto a destituição de privilégios para a branquitude, quanto a elevação de negros e indígenas à condição de cidadãos, sem o que é impossível outro projeto de nação em que a desigualdade não seja a sua principal marca. Está aí, reside nisso, o desafio das forças progressistas da sociedade brasileira. É a coragem para construir um processo necessário de radicalização democrática que coloque um projeto político de nação que não se funda no privilégio de uns em detrimento de outros. Assim que eu vejo o Brasil desde sempre.

Aldineto Miranda: Estamos vivenciando uma crise pandêmica, além de uma crise política. Você diria que a pandemia nos atinge a todos da mesma maneira? Acredita que o vírus trouxe uma igualdade entre as classes sociais?

Sueli Carneiro: Fico até nervosa com a pergunta. O argumento de que a doença trouxe uma igualdade entre as classes sociais é de extrema crueldade. Só pode ser atribuída à cegueira, à ignorância ou à má fé. É expressão lapidar do que foi proferido recentemente por um empresário brasileiro, pois reflete a desigualdade que atravessa os grupos sociais nessa pandemia. Segundo esse empresário, o Brasil está indo muito bem no controle do coronavírus, e o pico da doença nas classes sociais, nas classes altas, já passou. Diz ele, vou citar: “acompanhando um pouco os nossos números, eu diria que o Brasil está bem, nossas curvas não estão tão exponenciais ainda, a gente vem conseguindo achatar. Teremos uma fotografia mais clara nas próximas duas ou três semanas. O pico da doença já passou quando a gente analisa a classe média, a classe média-alta”. Falo eu agora: os segmentos que importam já estão protegidos e, segundo ele, a meta principal já foi alcançada, mas diz que persiste um problema apenas residual que complica o país. Finaliza dizendo: “o desafio é que o Brasil é um país com muita comunidade, muita favela, o que acaba dificultando o processo todo”. Isso foi dito por um sujeito chamado Guilherme Benchimol, numa transmissão ao vivo para o jornal “O Estado de São Paulo”. A pandemia foi introduzida no país precisamente por esses setores que ele nomeia, a classe média alta, e que são os primeiros também a poder controlar o vírus em suas comunidades elitizadas. Essa é a lógica do biopoder atrelado ao racismo que define quais vidas importam ou não, quem pode ficar exposto à morte. A lógica dessa biopolítica opera incessantemente no Brasil, colocando a negritude sob o signo da morte. Não esqueçamos que os índices relativos ao assassinato de jovens negros no Brasil se processam com indecente indiferença por parte da sociedade brasileira. O que assistimos nesta pandemia é uma ação desequilibrada, em sua forma extrema de morte, alcançando impiedosamente as populações que se encontram “disponíveis” para o extermínio em função das condições de



vida adversas em que se encontram. Elas estão entregues ao abandono social e secular, o que lhes agrava vulnerabilidades, resultado desejado pela mentalidade eugenista e neofascista em vigor nesta conjuntura. Nós não podemos nos iludir: a pandemia está sendo uma oportunidade para aprofundar o genocídio da nossa gente, um projeto que entrou em vigor no dia 14 de maio de 1888.

Aldinete Miranda: Diante de todo esse quadro, o que te dá esperança no Brasil, Sueli?

Sueli Carneiro: Deposito sempre minhas esperanças na capacidade de resistência e resiliência do povo brasileiro, majoritariamente negro. Deposito sempre as minhas esperanças nessa capacidade de renovação do movimento social negro. Como eu já disse antes, no dia 14 de maio de 1888 se decretou a nossa extinção. Os intelectuais brasileiros do início do século XX travavam uma contenda discursiva sobre quanto tempo levaria para o país se livrar de sua mancha negra. Silvio Romero e Paulo Prado, por exemplo, foram protagonistas desses debates. Mas apesar deles, ainda estamos aqui em luta pela radicalização da democracia no Brasil, o que promove a exigência de construção de um novo contrato racial e de um novo contrato sexual, sustentados por princípios que desalojem os privilégios consagrados de gênero e raça. Isso seja um pré-requisito para um novo projeto de nação, o qual não deixe ninguém para trás. Acho que a nossa resistência, a nossa existência, a nossa presença nesse país, reivindicando esse outro projeto de nação faz de nós agentes civilizatórios. Acredito que temos esse papel a cumprir aqui. A nossa luta atual contra o retrocesso, contra a desconstitucionalização de direitos, repito, arduamente conquistados, corre em paralelo à necessidade, à urgência de construirmos formas de sobrevivência, formas de resistência num contexto de ausência de direitos, num contexto de ausência de política social, num contexto de ausência de políticas públicas, de inclusão e promoção racial. Diante de um cenário tão desolador, as ações comunitárias que estão sendo realizadas nas favelas e nas comunidades periféricas para o combate à pandemia, são experiências exemplares de mobilização e organização social e política. Temos que as festejar. É essa resiliência que ocorre nos territórios vulnerabilizados da sociedade brasileira que devemos perseguir. É através da fala de mães de jovens negros assassinados que dizem: “Para negras e negros brasileiros, luto é verbo.”, que seguiremos com força e honra, e como dizem as jovens lideranças atuais: “Faremos Palmares de novo!” Obrigada!